

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2020

08006.000180/2019-08

Ilmo Sr. Pregoeiro do Ministério da Justiça e Segurança Pública

A BD Apoio Empresarial Ltda, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 28.363.266/0001-18, com sede à Rua Pedro Francisco Correa, 81, São Francisco, no município de Niterói-RJ, neste ato representada por seu Sócio Diretor Felipe Dytz, vem respeitosamente perante V. Senhoria, apresentar sua IMPUGNAÇÃO ao edital do Pregão Eletrônico nº 20/2020 que visa a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de tecnologia da informação e comunicação de empresa especializada no fornecimento e instalação de Solução para Ambiente de Alta Disponibilidade para Sistemas Críticos, composta pela Sala Cofre certificada conforme a norma ABNT NBR 15.247, Sala de UPS, Grupos Geradores, Sala de Telecom e Sala NOC, que atendam às necessidades de proteção física das infraestruturas e sistemas críticos de Tecnologia da Informação e Comunicações para atendimento das necessidades do Ministério da Justiça e Segurança Pública, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

**IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

Do Pregão em epígrafe a fim de corrigir vícios contidos no ato convocatório que comprometem a legalidade do procedimento licitatório em tela, nos termos e nas razões a seguir aduzidas.

**1) DA TEMPESTIVIDADE**

Quanto ao prazo para apresentação da impugnação, conforme estabelecido no artigo 24 do Decreto 10.024 de 2019 que trata dos prazos para impugnação, temos:

**Impugnação**

Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

§ 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado do data de recebimento da impugnação.

§ 2º A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

§ 3º Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

Neste sentido, dispõe o presente Edital:

**21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

21.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

21.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [licitacao@mj.gov.br](mailto:licitacao@mj.gov.br), ou por petição dirigida ou protocolada no endereço à Coordenação de Procedimentos Licitatórios/COPLI – MJ, situada à Esplanada dos Ministérios, Bloco “T”, Anexo II, sala 621, em Brasília – DF, CEP 70064-900.

21.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

21.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

21.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

21.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

21.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

21.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

Em face do exposto, deve ser a presente Impugnação considerada, nestes termos, plenamente tempestiva.

**2) DA LEGITIMIDADE**

A legitimidade para apresentação da impugnação ora ventilada tem seu fundamento no disposto no art. 41 da Lei nº 8.666/93:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

Sendo assim, resta configurada a legitimidade para apresentação desta impugnação.

### 3) DO MÉRITO

A Impugnante constatou que o Edital padece de vícios que comprometem a legalidade do procedimento licitatório, bem como direcionam o presente certame.

Embora tenha que considerar que o presente edital foi o mais bem elaborado que teve a oportunidade de avaliar, alguns tópicos merecem atenção.

#### ANEXO I-A - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

##### 1. SALA COFRE CERTIFICADA ABNT NBR 15.247

###### 1.1. Requisitos de certificação

1.1.1. Cabe destacar que o único local nas dependências do Ministério da Justiça e Segurança Pública considerado viável para a instalação da sala cofre está localizado na área de garagens do Ministério, fato que expõe o Data Center à algumas condições adversas que devem ser consideradas, como por exemplo: possibilidade de incêndio (dentro e fora do local) e com suas consequências: gases e partículas, calor, desmoronamento, alagamento e corrosão; explosão, considerada em relação ao ambiente externo; intempéries, como raio, entre outros; água (vazamento, transbordamentos, derrame, infiltrações) e outros líquidos, inclusive material em fusão; impacto de veículos; falta de energia, curtos-circuitos, variações de tensão e outros eventos que podem resultarem danos elétricos; atos ilícitos (roubo, assalto, desvio, sabotagem, infidelidade); interrupção ou desativação do sistema de climatização; descarga eletrostática; emissões eletromagnéticas; campos magnéticos; umidade e fungos; roedores e insetos; poeira; vibração; efeitos químicos; disparo de armas de fogo, entre outros;

1.1.2. Todos esses fatores exigem que seja implantada uma solução que seja capaz de evitar as possíveis consequências das exposições citadas, minimizando os riscos de paradas da solução, os quais podem trazer consequências graves para órgão e para a sociedade.

1.1.3. Diante disso, a sala cofre deve ser certificada atendendo a todos os requisitos da norma ABNT NBR 15.247, e aderente à norma NBR 60529 com grau de proteção **IP 66 ou IP 67 e WK3/RC3 ou WK4/RC4** para ENV/EN1627. A certificação da sala cofre deverá ser emitida por organismo devidamente acreditado no INMETRO para o escopo Sala Cofre.

A presente Comissão de Licitação demonstrou de forma brilhante a necessidade da certificação para a sala-cofre do presente certame, respaldando tal necessidade na Lei 4.150/62 e em farta jurisprudência do TCU, não havendo absolutamente nada a questionar tal necessidade, porém, a certificação não irá atender a tudo que foi descrito no item 1.1.1 do Anexo 1-A.

Cabe destacar que fui o elaborador dos procedimentos de certificação da ABNT de sala-cofre, atuando da transição do procedimento NI/ABNT 09.113.01 até o PE 047.07, possuindo certo conhecimento sobre o assunto.



Certificação da Marca de Segurança ABNT  
para Unidades de armazenagem segura -  
Salas-cofre e cofres para hardware

NI/ABNT-09.113.01  
Revisão: 1E  
Data: Jun. 2006  
Pág. Nº 1/9

Elaboração	Verificação	Aprovação
		
Felipe Dytz	Kátia Fernandes	Sergio Pacheco
Analista Técnico	Analista Técnico	Gerente de Cert. De Produtos

O procedimento de certificação elaborado pela ABNT Certificadora, envolve apenas os ensaios normativos pertinentes a norma técnica ABNT NBR 15247 e os ensaios de grau IP 66 (pó e jato d'água), conforme a norma ABNT NBR IEC 60529, de forma que não atende a todas as condições adversas previstas no item 1.1.1.

Assim sendo, o item 1.1.2 do presente anexo do edital não é possível de ser garantido, pois as **“possíveis consequências das exposições citadas”** estão além dos ensaios realizados na sala-cofre pelo certificador.

Por fim, em seu item 1.1.3, o edital estabelece que a sala-cofre deve ser certificada atendendo aos requisitos da norma técnica EN 1627 para classes WK3 ou WK4.

O primeiro questionamento que posso fazer quanto ao estabelecido em 1.1.3 é de que a diferença entre as classes WK3 e WK4 é enorme, não sendo pertinente a escolha de uma ou outra classe, porém considero como parte do direito discricionário da Administração Pública. A questão neste caso é de que o procedimento de certificação, tanto da ABNT quanto da UL do Brasil, não estabelecem a realização de ensaio de arrombamento, conforme a norma EN 1627 (para não haver dúvida, segue anexo o PE 047.11 da ABNT e o procedimento 00-GC-P0946 da UL do Brasil, onde pode ser confirmada esta informação).

Neste caso, o certificador não coletou amostras para ensaios de arrombamento, não sendo pertinente a informação de que a certificação abrange esta norma, logo, o item 1.1.3 não é pertinente no que tange a obrigação de certificação conforme a norma EN 1627.

Uma vez que a presente licitação exige a Acreditação do programa de certificação pelo Inmetro, vejamos alguns aspectos técnicos sobre esse assunto e que podem ser obtidos diretamente no próprio site do acreditador, sem a necessidade de diligência.

(<http://www.inmetro.gov.br/inovacao/publicacoes/acpg.pdf>)

No Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade, o organismo acreditador oficial é o Inmetro e os programas de avaliação da conformidade obedecem às políticas e diretrizes do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Sinmetro), bem como às práticas internacionais, baseadas em requisitos estabelecidos pela International Organization for Standardization (ISO), entidade normalizadora internacional.

Vemos acima que há duas instâncias (na realidade houve o esquecimento da inclusão da IEC, pois também é uma entidade normalizadora internacional) nas quais, caso seja necessário, deve-se fazer as diligências.

Embora o Organismo Certificador seja uma entidade independente, por questões de vínculo comercial, tenderão a exprimir suas opiniões sempre em favor dos seus clientes, razão esta que as diligências ao acreditador possuem maior peso e veracidade, principalmente se considerarmos que o acreditador é um ente da Administração Pública.

1.1.4. O certificado de conformidade deverá seguir o sistema de certificação 5 e atender todos os requisitos do Procedimento Específico do OCP.

1.1.5. Ao término da montagem da célula, a mesma deverá receber um selo de certificação específico, emitida pelo órgão certificador acreditado.

Conforme expresso no item 1.1.4 a certificação deve seguir o sistema de certificação 5, porém aqui cabe a informação adicional do que se trata o sistema 5 de certificação, para isso, novamente vamos recorrer ao próprio Acreditador Inmetro.

Modelo de Certificação 5 - Avaliação inicial consistindo de ensaios em amostras retiradas no fabricante, incluindo auditoria do Sistema de Gestão da Qualidade, seguida de avaliação de manutenção periódica através de coleta de amostra do produto na fábrica e/ou no comércio, para realização das atividades de avaliação da conformidade. As Avaliações de Manutenção têm por objetivo verificar se os itens produzidos após a atestação da conformidade inicial (emissão do Certificado da Conformidade) permanecem conformes. A manutenção inclui a avaliação periódica do processo produtivo, ou a auditoria do SGQ, ou ambos. (Fonte: adaptada da ISO/IEC 17067/2013).

Informação semelhante podemos obter na própria fonte do Inmetro, isto é, a norma técnica ISO/IEC 17067:

#### 5.3.7 Esquema tipo 5

A parte da supervisão desse esquema permite a escolha entre a retirada periódica de amostras do produto do ponto de produção, ou do mercado, ou ambos, e submetendo-as às atividades de determinação para checar se os itens subsequentes produzidos à atestação inicial atendem aos requisitos especificados. A supervisão inclui a avaliação periódica do processo de produção ou auditoria do sistema de gestão, ou ambos. A extensão pela qual as quatro atividades de supervisão são conduzidas pode ser variada para uma determinada situação, conforme definido no esquema. Se a supervisão incluir a auditoria do sistema de gestão, uma auditoria inicial do sistema será necessária.

O ponto fundamental neste caso é de que a certificação pelo modelo 5 exige a realização de ensaios periódicos, para determinar que os produtos produzidos subsequentemente à atestação inicial atendem aos requisitos especificados.

No presente caso, estamos falando da certificação conforme a norma técnica NBR 15247.

Ao analisarmos o procedimento de certificação da ABNT, evidenciamos a seguinte informação em seu objetivo:

Este procedimento específico atende aos requisitos do modelo 5 de certificação recomendado pela norma ABNT NBR ISO/IEC 17067, **ressalvando-se que os produtos somente são reensaiados no caso de alteração do projeto fora dos limites preconizados na tabela 1 da ABNT NBR 15247.**

Embora a ABNT Certificadora afirme no objetivo do procedimento específico que atenda aos requisitos do modelo 5 de certificação, informa de forma clara e objetiva que o produto certificado não é reensaiado, isto é, a ABNT realizou um ensaio de tipo conforme a norma técnica NBR 15247 na auditoria inicial, porém não mais o realiza nas manutenções.

Conforme evidenciamos, tanto no Inmetro quanto na ISO, o modelo 5 de certificação preconiza a realização de ensaios de manutenção/supervisão conforme a norma técnica.

Modelo de Certificação 5 - Avaliação inicial consistindo de ensaios em amostras retiradas no fabricante, incluindo auditoria do Sistema de Gestão da Qualidade, **seguida de avaliação de manutenção periódica através de coleta de amostra do produto na fábrica e/ou no comércio, para realização das atividades de avaliação da conformidade.** As Avaliações de Manutenção têm por objetivo verificar se os itens produzidos após a atestação da conformidade inicial (emissão do Certificado da Conformidade) permanecem conformes. A manutenção inclui a avaliação periódica do processo produtivo, ou a auditoria do SGQ, ou ambos. (Fonte: adaptada da ISO/IEC 17067/2013).

#### 5.3.7 Esquema tipo 5

**A parte da supervisão desse esquema permite a escolha entre a retirada periódica de amostras do produto do ponto de produção, ou do mercado, ou ambos, e submetendo-as às atividades de determinação para checar se os itens subsequentes produzidos à atestação inicial atendem aos requisitos especificados.** A supervisão inclui a avaliação periódica do processo de produção ou auditoria do sistema de gestão, ou ambos. A extensão pela qual as quatro atividades de supervisão são conduzidas pode ser variada para uma determinada situação, conforme definido no esquema. Se a supervisão incluir a auditoria do sistema de gestão, uma auditoria inicial do sistema será necessária.

Se considerarmos que a ABNT somente realiza em seu processo de manutenção o ensaio de estanqueidade (conforme a norma NFPA 2001 e ASTM 779), ensaio este não preconizado na norma técnica NBR 15247, não podemos considerar que o modelo de certificação aplicado pelo OCP ABNT atende ao modelo 5 de certificação.

No caso do Certificador UL do Brasil, o ensaio de manutenção, conforme a norma técnica NBR 15247 é realizado a cada 03 anos, podendo ser classificado como modelo 5 de certificação.

Novamente, gostaria de frisar que as diligências, caso necessárias, devem ser feitas junto ao acreditador ([cgcre@inmetro.gov.br](mailto:cgcre@inmetro.gov.br)), pois é o único que pode ser considerado

realmente isento para prestar a informação, uma vez que a ABNT Certificadora é parte interessada.

1.1.6. A norma a ser aceita **será exclusivamente a NBR 15.247**, por possibilitar um processo de certificação nacional e acreditação pelo INMETRO. Vale ressaltar que não serão aceitos questionamentos nesse sentido, ou solicitações para inclusão como alternativa a certificação do ECBS (European Certification Body) EN 1047-2 e acreditação do DAkkS, pois, apesar da norma brasileira se basear na norma europeia, não é uma cópia fiel, os procedimentos de certificação não são similares ou equivalentes. A Certificação da norma brasileira não se preocupa somente com a eficiência do produto para os efeitos de um incêndio, pois exige que o produto, além de atender os requisitos de proteção contra incêndio, atenda também a requisitos relacionados aos efeitos do incêndio, como proteção contra pó e água, teste de estanqueidade contra descarga de água por chuveiros automáticos do tipo sprinklers e teste de estanqueidade in loco. Esses testes adicionais são exigências para que se proteja contra os riscos citados pelas normas NBR 11515 e NBR ISO/IEC 27001. Portanto a NBR possui exigências adicionais que a tornam mais realista e segura.

No que tange a norma técnica NBR 11515, esta estabelece condições ideais que a sala-cofre deve apresentar, porém não estabelece nenhum ensaio, no caso da norma NBR ISO/IEC 27001 esta apresenta apenas os requisitos referentes ao sistema de gestão, também não fazendo inferência a nenhum ensaio específico, logo a informação apresentada no presente edital de que a NBR possui exigências adicionais que a tornam mais realista e segura é uma inverdade. Não podemos evidenciar em nenhuma norma técnica brasileira a inclusão obrigatória destes ensaios adicionais.

A informação de que a Certificação da norma brasileira não se preocupa somente com a eficiência do produto para os efeitos de um incêndio, pois exige que o produto, além de atender os requisitos de proteção contra incêndio, atenda também a requisitos relacionados aos efeitos do incêndio, como proteção contra pó e água, teste de estanqueidade contra descarga de água por chuveiros automáticos do tipo sprinklers e teste de estanqueidade in loco, é verdadeira, porém os requisitos apresentados no procedimento de certificação da ABNT são diferentes dos requisitos do programa de certificação da UL do Brasil.

Neste sentido, caímos num dos pilares basilares das licitações públicas, a se saber, a ISONOMIA. Como fazemos a avaliação isonômica dentro de um processo quando temos regras distintas entre os certificadores, mesmo ambos estando acreditados no Inmetro.

Vejamos, por exemplo, que a UL do Brasil exige em seu procedimento de certificação a realização de ensaios de campo magnético (exigência prevista no item 1.1.1 do Anexo 1<sup>a</sup>), ensaio este não realizado no programa de certificação da ABNT.

1.2.7. A Sala Cofre deverá proporcionar as condições ambientais estabelecidas na Norma Brasileira NBR 11.515 da Associação Brasileira de Normas Técnicas, limitando, em caso de incêndio, a temperatura interna abaixo de 75°C e a umidade relativa inferior a 85%.

A informação acima, presente no item 1.2.7, está imprecisa, uma vez que temos presente no interior da sala-cofre diversos tipos de mídias. Os limites informados no



referido item dizem respeito apenas a discos rígidos e fitas (Tabela 1 da norma NBR 11515), porém também temos a presença de Discos flexíveis, ópticos, memórias Flash e RAM (Tabela 2 da norma NBR 11515) no interior da sala-cofre, sendo, neste caso a temperatura interna abaixo de 55°C e a umidade relativa inferior a 85%.

No caso destes tipos de mídia (Discos flexíveis, ópticos, memórias Flash e RAM), estes não estarão abrangidos pela certificação?

### 1.3. Porta

1.3.1. O acesso deverá ser através de porta composta por camadas de aço e isolantes, com batente em toda volta e **proteção contra arrombamento WK4**. A fechadura deve ter travamento automático, o acionamento deve ser eletro-mecânico para controle de acesso, mas totalmente livre para saída, sem botão (função anti-pânico que permite as pessoas sair da sala mesmo com a porta trancada), por essa razão a abertura deverá ser para fora. Para acesso em caso de contingência deverá haver “by-pass” mecânico por chave. A qualificação deverá ser parte do teste do conjunto acima especificado.

O item 1.3 não está coerente com o item 1.1.3. Se no item 1.1.3 é permitido que a classe de arrombamento seja WK3 ou WK4, necessariamente o item 1.3 deveria seguir a mesma informação.

### 4.4. SISTEMA DE DETECÇÃO PRECOCE DE INCÊNDIO COM TECNOLOGIA A LASER

4.4.1. A Sala Cofre, a Sala de UPS e Sala de Telecom deverão ser providos de sistema de monitoração ativa da atmosfera, coletando amostras do ar por aspiração para detecção de produtos de combustão, utilizando-se de detectores de partículas a laser;

4.4.2. O sistema deverá aplicar detectores de partículas à laser de alta sensibilidade que antecipa a detecção de um princípio de incêndio, permitindo a sua prevenção;

4.4.3. Os detectores deverão possuir ajuste automático da sensibilidade para acompanhar as variações entre dias de operação e noites ou dias de inatividade;

4.4.4. O sinal de alerta deverá ser integrado ao sistema de supervisão remota.

4.4.5. O sinal de alarme deverá ser enviado ao sistema de controle de incêndio.

4.4.6. A configuração do sistema deverá consistir em uma unidade Laser com uma linha de tubo coletando amostras para cada grupo de unidades de climatização;

4.4.7. O sistema deverá empregar o princípio de detecção de partículas por dispersão de raio Laser;

4.4.8. O sistema não poderá depender da convecção térmica para encontrar partículas em suspensão no ar ambiente, portanto, amostras de ar deverão ser coletadas do objeto da monitoração por um sistema de aspiração mecânica;

4.4.9. As amostras poderão ser conduzidas por uma tubulação até a unidade detector a Laser;

4.4.10. A configuração deverá atender os requisitos do fabricante para dimensionamento específico;

4.4.11. O tempo de resposta do último orifício coletor da tubulação, não deverá ser superior a 120 segundos;

4.4.12. O detector deverá admitir um alto teor de pó sem degradação do seu desempenho. Poderá possuir filtro na admissão do ar desde que haja monitoração do grau de redução de fluxo e a correspondente compensação automática da avaliação;

4.4.13. Cada entrada de tubo deve possuir um sensor de fluxo para alarme de falha em caso de baixo ou alto fluxo;

4.4.14. A frequência de alarmes indesejáveis deverá ser reduzida ao mínimo. O processamento dos sinais deve incorporar meio lógico de descarte de sinais causados por partículas de pó;



4.4.15. A sensibilidade deverá ser constantemente otimizada pelo programa de interpretação dos sinais. Este deve incorporar avaliação de parâmetros estatísticos registrados nas últimas 24 horas para ajuste dinâmico do nível de alarme em função do desvio padrão das medições;

4.4.16. A função de ajuste dinâmico do nível de alarme deverá conter um fator selecionável, adequado para cada tipo de objeto. Para situações transitórias que implicam em contaminação maior, tais como abertura de uma porta ou partida de um gerador, o programa deverá sobrepor um fator de redução da sensibilidade quando acionado via uma entrada de sinal tipo contato seco;

4.4.17. O programa deverá, automaticamente, perceber eventuais diferenças nos períodos de inatividade como finais de semana, feriados, noite e dia criando parâmetros diferenciados;

4.4.18. O sistema deverá permitir integração numa rede superior a 50 unidades. A interface, com visor e teclas, poderá estar em local distante e sem detector;

4.4.19. O sistema deverá oferecer unidades com capacidades variadas, adequadas para cada tipo de ambiente, possuindo uma, duas ou mais linhas de aspiração;

4.4.20. A transmissão dos alarmes, além da rede específica, deverá partir de contatos secos providos na unidade de interface;

4.4.21. A sensibilidade do detector, medido como obscurecimento por metro linear, abrangerá uma faixa de 0,03 a 25%;

4.4.22. As leituras do detector deverão ser obtidas pelo microprocessador a uma taxa média de uma por segundo.

**4.4.23. O sistema deve ter obtido aprovação por dois ou mais órgãos certificadores especializados com atuação internacional, tais como ECB-S da União Europeia, UL ou FM dos EEUU, LPCB do Reino Unido ou VDS da Alemanha.**

A presente exigência de que o sistema de detecção de incêndio seja certificado por 2 ou mais certificadores com atuação internacional não condiz com a retórica apresentada no item 1.1.6, onde a Comissão de licitação restringiu o uso da norma técnica EN 1047-2, bem como vetando a certificação ECB-S, reconhecida internacionalmente.

Qual a justificativa técnica para que o sistema de detecção não seja certificado por OCP no Brasil, uma vez que a ABNT possui diversas normas técnicas referentes a este escopo. A Lei 4.150/62 só possui abrangência quanto a norma NBR 15.247 e as demais referentes ao sistema de detecção de incêndio podem ser normas estrangeiras?

9.1.18. O piso deverá ser composto de placas de 600 mm x 600 mm, compostas por um sanduíche formado por duas placas de aço com enchimento em argamassa especial à base de cimento, revestida em laminado melamínico. As características mínimas do piso devem atender às dimensões de 600 x 600 x 30 mm, resistência à carga concentrada de pelo menos 553 kg, carga estática uniforme de 1.429 kg/m<sup>2</sup> e carga impacto de pelo menos 67 kg.

A especificação presente no item 9.1.18, referente ao piso elevado não atende ao preconizado na norma técnica NBR 11802.

Conforme item 4.2.3.4.1 da referida norma técnica, a placa de piso deve atender a uma carga uniformemente distribuída de 12 kPa (aproximadamente 1225 kgf/m<sup>2</sup>)

Conforme item 4.2.3.4.2 da referida norma técnica, a placa de piso deve atender a uma carga concentrada de 4400 N (448 kgf).

Conforme item 4.2.3.5 da referida norma técnica, a placa de piso deve resistir a um impacto de 100 N (10,19 kgf) a uma altura de 90 cm.

É fundamental esclarecer que conforme o art. 39, inciso VIII da Lei 8.078, o fabricante está proibido de colocar no mercado produtos em desacordo às normas técnicas da ABNT.

Aos estabelecer na especificação técnica, produtos acima dos referenciais solicitados na norma técnica, mesmo que não seja proibido, cria um pressuposto, pois o fabricante realiza os referidos ensaios em conformidade aos parâmetros normativos.

O fabricante não é obrigado a criar produtos acima dos requisitos legais (normas técnicas), uma vez que para isso teria que alterar projetos e processos produtivos.

Ao se estabelecer requisitos técnicos superiores, como critério de qualificação, A administração Pública está sendo restritiva à participação de empresas.

9.2.5.3. Porta corta-fogo folha simples 1,00 x 2,10 m

a) Deverão ser fornecidas e instaladas 02 (duas) portas corta-fogo para atendimento à Sala de UPS e Sala Telecom.

b) As portas deverão possuir selo identificador do fabricante, selo do órgão certificador, **selo do INMETRO** e selo que comprove o tempo de resistência ao fogo P90.

O referido produto (porta corta-fogo) não é um produto de certificação compulsório, por isso não possui selo do Inmetro, logo a presente solicitação é indevida.

Resta evidente que o Edital merece revisão a fim de se evitar que a Administração Pública restrinja a participação de empresas em virtude da inclusão de exigências restritivas no edital e seus anexos.

A BD Apoio Empresarial procurou em sua argumentação apresentar todas as fundamentações que levaram aos seus questionamentos abaixo, possibilitando que esta Comissão de Licitação tivesse toda clareza possível para fazer suas ponderações e responder da melhor forma.

**Questionamento 1** – Como a Comissão de licitação espera garantir o atendimento ao item 1.1.2 do Anexo 1ª, uma vez que os programas de certificação de sala-cofre existentes no mercado não garantem todas as possíveis consequências das exposições citadas?

**Questionamento 2** – Se as classes WK3 e WK4 apresentam parâmetros muito distintos, não pode ser considerado isonômico, conforme os parâmetros de licitações públicas, solicitar um ou outro, pois quanto maior for a classe de arrombamento, maior o custo do produto final. Qual a justificativa técnica para que se solicite as possibilidade das duas classes de arrombamento?

**Questionamento 3** – Se não consta nos programas de certificação da ABNT e da UL do Brasil a realização de ensaio conforme a norma EN 1627, qual a base técnica para exigência que tal ensaio conste na certificação?

**Questionamento 4** – Que seja feita diligência junto ao Acreditador Inmetro para confirmação se um programa de certificação que somente faz o ensaio normativo (NBR 15247) na auditoria inicial e não mais realiza os ensaios normativos durante a manutenção, atende ao modelo 5 de certificação, conforme preconiza a norma NBR ISO/IEC 17067?

**Questionamento 5** – Quais exigências adicionais tornam a NBR mais realista e segura?

**Questionamento 6** – Qual a justificativa técnica para não incluir alguns tipos de mídia (Discos flexíveis, ópticos, memórias Flash e RAM) no atendimento a norma NBR 11515?

**Questionamento 7** – Se o item 1.1.3 permite que a classe de arrombamento seja WK3 ou WK4, qual a justificativa para restrição do item 1.3 apenas a WK4?

**Questionamento 8** – Qual a justificativa técnica para exigir que o sistema de detecção de incêndio seja certificado por 2 ou mais certificadores com atuação internacional?

**Questionamento 9** – Exigir que o sistema de detecção de incêndio seja certificado por 2 (dois!!!!) certificadores estrangeiros é claramente uma exigência restritiva. Qual a base legal para tal exigência?

**Questionamento 10** - Qual a justificativa técnica para que o sistema de detecção não seja certificado por OCP no Brasil, uma vez que a ABNT possui diversas normas técnicas referentes a este escopo?

**Questionamento 11** – Se a Lei 4.150/62 foi utilizada como aspecto legal para a exigência da certificação da sala-cofre unicamente pela norma NBR 15247, qual a justificativa jurídica para a não exigência que o sistema de detecção de incêndio seja por norma brasileira?

**Questionamento 12** – Qual a justificativa técnica para solicitar o piso elevado com características técnicas superiores a norma técnica brasileira NBR 11802?

**Questionamento 13** – Qual a justificativa técnico/jurídica para solicitar pisos-elevados com parâmetros superiores ao solicitado nas normas técnicas da ABNT, restringindo com isso a participação de licitantes?

**Questionamento 14** – Porta corta-fogo não possui “SELO DO INMETRO”, logo tal solicitação é impossível de ser obtida.

Aproveitamos para terminar este pedido de impugnação, apresentando o Acórdão 1636/2007 do TCU, no qual deixa claro que TODOS os questionamentos DEVEM ser abrangidos e respondidos de modo FUNDAMENTADO.

As respostas fornecidas pela comissão de licitação ou pela autoridade competente com relação as impugnações apresentadas contra editais de certames licitatórios, nos termos do art. 41, § 1o, Lei no 8.666/1993, devem abranger, de modo fundamentado, todos os quesitos formulados pelo interessado, sob pena de infringência ao que dispõe o art. 50 da Lei no 9.784/1999.

**Acórdão 1636/2007 Plenário (Sumário)**

#### 4) DO PEDIDO


Em que pese o habitual zelo, revestido de elevado rigor que convém a todo órgão da Administração Pública, indubitavelmente a Administração Licitante não vem atendendo a legislação vigente. Quer crer a Impugnante que os vícios encontrados no Edital tenham ocorrido por um equívoco.

Diante de todo o exposto, requer e espera meticulosa atenção de V.Sa. para acolher as alegações trazidas a lume e rejeitar o Edital em apreço, SUSPENDENDO o ato convocatório para posterior republicação com as devidas correções, como medida de obediência ao sistema normativo vigente.

Termos em que

P. e E. Deferimento

Niterói, 02 de setembro de 2020



---

Felipe Dytz  
BD Apoio Empresarial Ltda